

Informações econômicas

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0100-4409

ARTIGO TÉCNICO

Prioridades de Pesquisa no Setor Agrícola: Uma Análise dos
Procedimentos do Instituto de Economia Agrícola 9

Comercialização de Pescado no Entrepasto Terminal de São
Paulo, 1970-89 17

CONJUNTURA AGROPECUÁRIA

Bitributação do ICMS na Agricultura Paulista: Avanços e
Distorções 37

Algodão 41

Feijão 41

Milho 42

Soja 42

Bovinocultura de Corte 43

Indicadores de Conjuntura Agropecuária 44

Custo Horário de Operação de Máquinas e Implementos a Tração
Motomecanizada e Animal 45

PREÇOS AGRÍCOLAS

COMPORTAMENTO DE PREÇOS 49

Preços Recebidos 49

Preços Pagos 49

Índice de Paridade 50

Cesta de Mercado 50

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA 71

PREVISÕES E ESTIMATIVAS DAS SAFRAS AGRÍCOLAS DO ESTA-

DO DE SÃO PAULO - Ano Agrícola 1990/91 - 2º Levantamento
e Ano Agrícola 1989/90 - Levantamento Final - Novembro de
1990 81

CALENDÁRIO DE EVENTOS IEA/91 93



artigo técnico

PRIORIDADES DE PESQUISA NO SETOR AGRÍCOLA: UMA ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DO INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA(1)

Sebastião Nogueira Junior(2)

1 - ANTECEDENTES

O Instituto de Economia Agrícola (IEA), criado há quase meio século, foi o pioneiro no País no desenvolvimento da pesquisa em economia agrícola e na introdução de vários serviços - levantamentos de custos de produção para as principais atividades agrícolas do Estado de São Paulo; levantamentos de previsões de safras e estatísticas de produção(3).

O IEA sempre teve papel de destaque na questão sócio-econômica do setor agrícola, sobretudo contribuindo na formulação da política agrícola nacional.

Com o centralismo que caracterizou o poder executivo nos últimos 25 anos sua importância, entretanto, decresceu, paulatinamente.

A pesquisa - atribuição maior da Instituição - conceitualmente pode ser caracterizada como um processo de produção no qual se investem recursos traduzidos nos contratos de serviços de pesquisadores e auxiliares, compra de materiais, equipamentos e serviços, por meio dos quais se obtêm novos conhecimentos ou novas aplicações dos conhecimentos já existentes. A programação da pesquisa nasce, portanto, da necessidade de se alocar recursos limitados, principalmente humanos, objetivando a obtenção de máximos benefícios nesse processo (4).

Assim, no tocante ao estabelecimento de planejamento e programação de pesquisa no campo da economia

agrícola - envolvendo prioridades a serem investigadas - as primeiras manifestações surgiram na década de 60.

Nessa época, administração rural; comercialização e preços de produtos agrícolas; formulação de políticas agrícolas e organização da produção (combinação de atividades) eram os temas apontados para serem investigados. Havia acentuada concentração de estudos na área de custos de produção, oferta e demanda e pouca ênfase para comercialização sobretudo comércio exterior. A especialização era a tônica, embora o IEA fosse considerado uma instituição bem balanceada, em termos de assuntos de pesquisa tratados. O próprio dinamismo e diversificação da agricultura paulista podem ter exigido esse comportamento.

Já na década de 71 as áreas prioritárias definidas para a atuação do órgão eram: ampliação de mercados; caracterização da evolução do setor agrícola e economia das mudanças tecnológicas.

Em meados da década de 70 a questão energética passou a ser um problema universal e o IEA marcou presença analisando o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) e seus reflexos no desenvolvimento da agricultura paulista.

A expansão da cana-de-açúcar tendo em vista a utilização do álcool para fins carburantes foi tamanha que houve a necessidade de se conter a instalação de novas destilarias, uma vez que era notória a redução da área

- (1) Versão preliminar deste trabalho foi apresentada no XV Simpósio Nacional de Pesquisa de Administração em Ciência e Tecnologia, realizado em São Paulo-SP, de 22 a 24 de outubro de 1990. Recebido em 07/12/90. Liberado para publicação em 28/12/90.
- (2) Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).
- (3) São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. IEA. Instituto de Economia Agrícola. São Paulo, 1985. (folheto)
- (4) Gatti, Elcio U. Subsídios para um programa de pesquisas do Instituto de Economia Agrícola. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1981. 23p. (Relatório de Pesquisa, 12/81)

cultivada com produtos alimentares.

Nesse contexto o IEA passou a ter um papel importante ao participar da análise de viabilidade de implantação de novas plantas industriais, assessorando diretamente os Gabinetes dos Secretários de Agricultura e de Indústria e Comércio que submetiam as propostas estaduais ao Governo Federal, através do Conselho Nacional e Energia (CNE).

Na década de 80 deu-se muita ênfase à questão da produtividade na agricultura, reflexo de uma preocupação mundial onde as vantagens comparativas de custo/benefício determinavam a manutenção ou ampliação/redução de determinada(s) atividade(s).

Hoje já se considera que a produtividade atingiu um ponto de inflexão tendo em vista as preocupações ambientais e principalmente a sobrevivência do ser humano; a biotecnologia e a informática que podem aumentar a produtividade sem poluir o meio ambiente são a base da 3a. revolução agrícola(5).

No transcurso de quase cinco décadas, desde sua implantação, o IEA passou por algumas modificações no tocante à condução de suas atividades de pesquisa, tentando acompanhar as mudanças econômicas e as transformações tecnológicas que se fizeram notar no âmbito do setor agrícola e agroindustrial.

Não se constata, contudo, indícios claros de que as prioridades tenham sido estabelecidas mediante ampla discussão e/ou com critérios pré-estabelecidos, seja junto ao próprio corpo técnico da Instituição e à comunidade científica ou mediante uma consulta aos segmentos da sociedade vinculados à atividade agrícola.

Na realidade, as prioridades sempre foram determinadas pelo corpo diretivo do IEA, quando muito com discussões restritas ao nível da Dire-

toria de Departamento, da Assessoria Técnica e dos Diretores de Divisão.

O pesquisador, na realidade a mola mestra na condução da pesquisa, teve em épocas distintas pouca ou nenhuma participação nas decisões dos rumos que deveriam ser tomados.

Muitas vezes o que imperava era a decisão maior do Gabinete do Secretário ou convênios com entidades da área Federal, casos dos Ministérios da Agricultura e Fazenda que acabavam norteando o que de fato deveria ser investigado. Essa situação também trouxe temporariamente benefícios, sejam quanto a melhoria da infraestrutura da Instituição como também reconhecimento do IEA a nível nacional e mesmo internacional.

Ressalve-se a característica da Instituição de dar liberdade aos pesquisadores quanto ao desenvolvimento de pesquisas individuais ou em equipes, fato que acabava "amortecendo" os efeitos das atribuições dadas pelos dirigentes.

Além do mais, até meados da década de 70 a disponibilidade de recursos não era fator limitante quanto à realização de trabalhos, mesmo que estes não fossem considerados "prioritários" o que, de certa forma, não exigia um rigor maior na seleção do que pesquisar.

A inexistência de organização da pesquisa, contudo, não permitia que se determinasse com precisão o que investigar já que não se conhecia de fato o que estava sendo feito.

Só em anos mais recentes, sobretudo com a diminuição de recursos destinados às instituições de pesquisa, em especial daquelas da administração direta, caso do IEA, o planejamento tornou-se imprescindível e hoje é uma realidade irreversível.

Em março de 1989, foi implantado o Sistema de Planejamento Técnico-Científico (SPTC) que tem, entre

(5) Bonny, S. & Dauce, P. Recherches et innovations en agriculture: essai de bilan de changements techniques susceptibles de se diffuser au cours des prochaines années. Grignos et Rennes, INRA, ERS, 1987. (Notes et documents, 18)

suas funções, a de coordenar o Programa de Pesquisa Agropecuária do IEA, realizando ações de planejamento, acompanhamento e avaliação de projetos. O Programa tem como objetivo básico informar as demais unidades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e a comunidade agrícola em geral, sobre as investigações que vêm sendo desenvolvidas pelo IEA.

Da mesma forma, indica as áreas em que o Instituto está concentrando esforços, o que abre possibilidade para a revisão dessas diretrizes, bem como, o seu ajustamento, ao longo do tempo, aos anseios e necessidades do complexo rural, em particular, e da sociedade na sentido mais amplo(6).

Ainda mais: o SPTC tem divulgado, nas publicações do IEA, balanço sobre a produção científica; relatórios de atividades institucionais e andamento de projetos de pesquisa, inclusive levantando pontos críticos à sua realização.

Esse procedimento objetiva divulgar amplamente as informações sócio-econômicas e análises geradas, de forma a evidenciar os trabalhos e serviços que o IEA presta à sociedade(7).

Essa quebra do isolacionismo e possibilidade de ampliação da discussão com o ambiente externo constituem o propósito do presente trabalho.

2 - LIMITAÇÕES ORGANIZACIONAIS

As políticas para a agricultura, desenvolvidas pelo Governo do Estado de São Paulo, acompanharam o dinamismo do desenvolvimento capitalista do setor agrícola. A Secretaria

de Agricultura e Abastecimento que no início (1892!) incorporava todo o espectro de ações inerentes à execução da intervenção do Estado na economia, numa situação em que a agricultura era hegemônica foi paulatinamente perdendo funções e, conseqüentemente, o poder político. Essas mudanças se deram tanto em função da centralização das ações econômicas na Federação como pelo surgimento e crescimento de outras Pastas em razão da emergência de outras atividades.

2.1 - Regime Jurídico

Do ponto de vista organizacional, num período de quase um século de ação, desenvolveu-se na SAA, uma constante adequação da estrutura às necessidades da agricultura(8).

A principal questão que ora se apresenta para o conjunto de órgãos de pesquisa agropecuária da SAA é buscar uma forma jurídico-administrativa que propiciando maior flexibilidade administrativo-financeira permita a concretização de toda sua potencialidade.

Além da Administração Direta, na qual está hoje inserida, duas formas de organização se apresentam à pesquisa agropecuária estadual: a empresa pública, a exemplo do que ocorreu com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) a nível federal ou autarquia especial como é o caso das universidades paulistas (9).

Quando da criação da EMBRAPA em 1973, fruto da transformação do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA), órgão da admi-

(6) São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. IEA. Programa de pesquisa agropecuária do IEA, 1989. Informações Econômicas, v. 19, n.12, 1989, p.9-40.

(7) Id. Instituto de Economia Agrícola: relatório de atividades - 1989. Informações Econômicas, v. 20, n.3, 1990, p.9-34.

(8) Dulley, Richard D. Políticas agrícolas em São Paulo, 1930-80: o papel da secretaria da Agricultura. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural, ICBS, 1988. 301p. (Tese - Mestrado)

(9) Martin, Nelson B. & Gonçalves, José S. Reforma administrativa: a autarquia especial como avanço na eficiência da pesquisa agropecuária. Informações Econômicas, v. 19, n.5, 1989, p.31-44.

nistração direta, praticamente todos os governos estaduais optaram pela formação de empresas de pesquisa estimuladas pelo Governo Federal.

Os Estados mais importantes resolveram manter suas instituições no mesmo regime jurídico (administração direta), caso de São Paulo e Rio Grande do Sul. O Paraná foi a única exceção constituindo uma Fundação Pública (IAPAR) com características parecidas às da autarquia.

No caso de São Paulo, em 1975, o Governo tentou transformar os institutos em empresas públicas, mas a resistência interna foi muito forte e não permitiu sua concretização. Persistiram, no entanto, gargalos burocráticos que até hoje entravam a pesquisa agropecuária da SAA, inibindo maior flexibilidade e eficiência de sua ação.

O estágio atual do complexo rural paulista e sua demanda para o próximo ciclo de crescimento exigem uma redefinição institucional para dar suporte a esse processo, com maior eficiência e agilidade na geração e difusão de sua contribuição - a pesquisa.

2.2 - Estrutura Organizacional

Desde seus primórdios, o IEA sempre teve a preocupação de analisar os efeitos das frequentes alterações das políticas econômicas e seus efeitos sobre a agricultura além da contínua dedicação à produção de estatísticas agropecuárias; à permanente análise de conjuntura agrícola e estudo sistemático dos resultados econômicos das atividades agropastoris.

O esforço da pesquisa tem abrangido uma gama de temas relevantes, tais como modernização da agricultura; estudos sobre oferta e demanda de insumos e produtos; estudos sobre mercado de trabalho rural; mercado de terras; desenvolvimento de métodos de previsão econômica, entre outros (10).

Contudo a pesquisa em economia agrícola (11) não está inserida na Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária (CPA) a exemplo dos demais órgãos de pesquisa da SAA, o que cria uma lacuna programática na formulação da política agrícola e das intervenções do Estado e do fornecimento de análises, visando apoiar o empresário rural na tomada de decisões. Essa localização, fora da CPA, não tem permitido ao IEA maior integração com as unidades ligadas a produção vegetal (IAC); a produção animal (IZ), a atividade pesqueira (IP); a defesa sanitária (IB) e à tecnologia de alimentos (ITAL).

O IEA é um Instituto de Pesquisa da Administração Direta Estadual, da qual fazem parte 16 organizações, subordinadas às Secretarias de Agricultura e Abastecimento, Meio Ambiente, Saúde e Economia e Planejamento.

A quase totalidade de suas pesquisas, cerca de 90%, conta apenas com recursos do Tesouro Estadual para sua execução. A apropriação direta do esforço desenvolvido por esses institutos é realizada pelo próprio setor público (12).

Além do mais, a administração direta é extremamente inflexível na questão do orçamento, vinculando recursos a cada item, o que dificulta a

(10) Silva, Gabriel L.S.P. da. A locução na abertura do Seminário Internacional de Política Agrícola. Agricultura em São Paulo, v.35, t. especial, 1988, p.3-5.

(11) O IEA até o início da década de 80 era um órgão de assessoramento com vinculação direta ao gabinete do Secretário da Agricultura. A partir de 1983, faz parte da Coordenadoria Sócio-Econômica (CSE) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), juntamente com o Instituto de Cooperativismo (ICA) e o Departamento de Assuntos Fundiários (DAF). Constitui-se no único Instituto de Pesquisa da CSE.

(12) Gusmão, Maria R.P., coord. Comportamento dos institutos de pesquisa tecnológica industrial do Brasil. São Paulo, IPT, 1987. 164p.

gerência dos mesmos e tolhe a possibilidade de se resolver questões que exijam rápida reprogramação para atender a contento as necessidades mais urgentes.

Finalizando, o excessivo controle do Estado sobre os institutos de pesquisa faz com que se investigue prioridades de cunho muito mais conjuntural do que estratégico, situação um tanto constrangedora para os pesquisadores que nela se envolvem.

3 - REDEFINIÇÃO DA AÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESQUISA

Atualmente existe, no Instituto de Economia Agrícola um programa consolidado de pesquisa concebido de tal forma que possa fornecer resposta aos objetivos governamentais e atender, de forma satisfatória, aos anseios da sociedade.

O princípio fundamental da programação é a seletividade, fato que a torna mais importante quando se defronta com uma economia instável e de recursos escassos. Contudo ela tem que ser pragmática, devendo fornecer resultados de curto prazo, que sejam relevantes para a agricultura, embora não deva deixar de lado assuntos fundamentais ao desenvolvimento do setor agrícola no longo prazo (13).

3.1 - Processo de Estabelecimento e Discussão de Prioridades

O IEA, como um órgão de pesquisa da Coordenadoria Sócio-Econômica, define sua situação objetivando uma coordenação eficiente no sentido de implementar prioridades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e, de contemplar atividades permanentes calcadas na necessidade do complexo rural.

Dai a razão de se propor uma discussão ampla envolvendo o próprio

corpo técnico, a comunidade científica e os setores ligados direta ou indiretamente à agricultura.

O dinamismo que o setor agrícola vem apresentando graças aos avanços tecnológicos - surgimento de explorações novas, preocupação ambiental, práticas redutoras de custos, organização da agricultura e agilização do comércio interestadual e internacional - exige que periodicamente as prioridades sejam revistas.

Hoje no IEA existe essa preocupação: recentemente houve acentuado envolvimento dos pesquisadores em uma consulta sobre as diretrizes de seu campo de atuação dentro do Programa de Pesquisa Agropecuária.

Constitui-se num primeiro passo para se estabelecer critérios na definição de prioridades embora esse processo possa ser considerado um tanto limitado e pouco representativo.

3.2 - Integração com os Ambientes Interno e Externo

É primordial que uma instituição de pesquisa não permaneça voltada para dentro de si mesma, investigando pontos apenas colocados pelos seus próprios pesquisadores ou, quando muito, temas sugeridos pelo Gabinete do Secretário da Pasta a que se vincula, ou pela própria Direção do órgão.

É necessário que haja uma discussão que englobe o ambiente interno, com a participação de todo o corpo técnico e comunidade científica e também um envolvimento maior com o cenário externo, de tal forma que os assuntos - fins de investigação de fato possam satisfazer aos anseios da sociedade. Não se deve entender que isso tire por completo a liberdade de criar do pesquisador. Deve existir em qualquer tipo de órgão de pesquisa ou de desenvolvimento, graus de liberdade para possibilitar a criatividade. Mes-

(13) São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. IEA. Programa de pesquisa agropecuária do IEA. Informações Econômicas, v. 19, n.10, 1989, p.129-142.

mo as entidades de pesquisa ligadas a empresas possuem essa válvula de escape.

A existência de conselho de administração ou conselhos superiores, hoje é uma prática comum em órgãos de Pesquisa e Desenvolvimento (P & D) mas incipiente ainda na Administração Pública Centralizada.

No caso específico de São Paulo, o complexo agroindustrial composto da agricultura e setores a montante e a jusante da atividade, atualmente representa 40% do PIB estadual, cifra comparável à dos países industrializados.

Esse intercâmbio com instituições congêneres e sociedade - representada por segmentos com ligações diretas à atividade - poderia aumentar a produtividade e objetividade das instituições.

O isolacionismo, que tem caracterizado o IEA, tem inibido até um contato maior com seus pares de outros órgãos internos da própria Pasta.

3.3 - Avaliação de Projetos a serem Executados

O Sistema de Planejamento Técnico-Científico (SPTC) é o instrumento de gerenciamento do Programa de Pesquisa Agropecuária do IEA, que procura coligir os dados necessários à implantação de uma sistemática, para permitir maior eficiência no processo de decisão ao nível da Instituição.

O procedimento e a execução das tarefas afeitas ao SPTC estão a cargo da Comissão Técnico-Científica (CTC), responsável pelo planejamento, acompanhamento e avaliação do Programa (14). Dela fazem parte o Diretor Técnico-Científico, o Assessor Técnico-Científico e os Chefes de Centros Técnicos, em número de 10. Todos os

técnicos, entretanto, são enquadrados como consultores internos da CTC, na sua especialidade.

A CTC se reúne uma vez por mês para apreciar propostas de projetos oriundas do corpo técnico; assessorar as equipes dos projetos de pesquisa em andamento, especialmente em problemas de natureza metodológica; sugerir, quando necessário, nomes de consultores internos e externos para solucionar questões relacionadas às pesquisas em andamento; e realizar o monitoramento das pesquisas da instituição em todas as fases: aprovação, desenvolvimento e conclusão, emitindo parecer sobre os trabalhos a serem encaminhados à Comissão Editorial (15).

Com a informatização dos procedimentos, é possível se conseguir rápida recuperação das informações que historicam o desenvolvimento do projeto, permitindo o acesso dos usuários a essa base de dados. Assim se consegue maior transparência, condição essencial para que essa organização obtenha reconhecimento do seu público-alvo e de toda a sociedade.

3.4 - Divulgação dos Resultados

Com esse objetivo, o IEA tem concentrado esforços na área de difusão de informações geradas pela Instituição por intermédio de cursos, encontros, eventos e publicações, de modo que os produtos obtidos possam ser rapidamente transferidos para os usuários, e com isso, aumentar o reconhecimento social da importância do IEA, e possa colher críticas com vistas ao aprimoramento das suas atividades, via maior integração com seu público.

Dada a importância das publicações para a veiculação de resulta-

(14) São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. IEA. Sistema de planejamento técnico científico: manual de instrução. São Paulo, 1990.

(15) São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. IEA, op. cit. nota 13.

dos, foi adotada recentemente uma nova política editorial que definiu duas publicações fundamentais, abrangendo cada qual um público específico - Agricultura em São Paulo (científica) e Informações Econômicas (técnica).

Tem havido maior agilidade de divulgação, em relação a períodos anteriores e tem ocorrido também estreito relacionamento com a imprensa, com a edição de "releases" tanto de trabalhos científicos concluídos como de artigos científicos sobre temas atuais.

3.5 - Resultados Esperados

Espera-se que a maior integração dos pesquisadores com temas relevantes de pesquisa possibilite uma adequação à realidade do complexo agroindustrial e incremento de pesquisas em áreas estratégicas.

Com isso poder-se-á aumentar a produtividade da organização e dos pesquisadores e ainda viabilizar a captação de recursos extra-orçamentários para melhoria da infra-estrutura necessária à realização de pesquisa.

O resultado final desejado deve ser o aumento da satisfação do corpo técnico e reconhecimento do papel da Instituição perante a sociedade (visibilidade).

4 - PROPOSIÇÕES

Com base nas variáveis e parâmetros considerados para efeito de análise do presente trabalho, propõe-se algumas linhas que, uma vez seguidas, poderão trazer benefícios significativos à Instituição em geral, e ao pesquisador em particular, já que o efeito principal será dinamizar e provocar a participação dos agentes nos rumos a serem seguidos na sua área de atuação:

a) Estabelecimento de condições preliminares para implantação de um sistema de proposição de prioridades, a serem investigadas no campo da economia rural;

b) Programação seletiva de análise de prioridades:

- Discussão do tema no âmbito mais restrito (no próprio IEA) e a seguir, com membros da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

- Envolvimento da comunidade científica da área de conhecimento;

- Amplo debate com a sociedade, representada por segmentos ligados à economia e ao complexo agroindustrial.

c) Manutenção do contato com setores ligados à formulação de política agrícola - produtivo, comercial, financeiro - que têm vindo ao IEA apresentar suas considerações e proposições em palestras realizadas sistematicamente;

d) Maior entrosamento com setor privado e agências de financiamento, via consultoria/assessoria, fato que poderá resultar em captação de recursos para melhoria das condições de trabalho da Instituição e aprimoramento da qualidade da pesquisa, de modo a combinar capacitação interna com oportunidades de mercado;

e) Melhoria da capacitação gerencial dos técnicos envolvidos na administração da pesquisa e de outras atividades do IEA, via realização de cursos formais. Essa proposição deve ser estendida a elementos com potencial de assumir cargos no futuro;

f) Agilização da participação de técnicos em eventos nacionais e internacionais, para que se mantenham atualizados sobre os acontecimentos de seu campo de atuação e mesmo de outros correlatos;

g) Adoção de métodos para identificar e selecionar prioridades de pesquisa. Existe uma diversidade de métodos de análises. O mais comum - opinião sem análise - é aquele quando dirigentes de uma instituição determinam as prioridades após uma reunião de planejamento com os pesquisadores, tomando em conta as políticas nacionais; aumentando a complexidade dos critérios e indicadores, com a utilização da computação para escolha das

prioridades(16).

O que se propõe é uma investigação, a fundo, de cada alternativa (critério), para escolha e implantação em uma Instituição com as características do IEA.

h) Revisão das prioridades, a cada três ou cinco anos, prática adotada em várias instituições de pesquisa.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda história do IEA não houve de fato critérios formais para eleição de diretrizes de atuação, embora houvesse algum tipo de discussão para o estabelecimento de prioridades.

O que se objetivou neste trabalho foi aclarar esse ponto e abrir espaço para o debate sobre o tema.

Dificuldades existem, barreiras aparecerão mas não se concebe que permaneça um ambiente sem planejamento de atuação num cenário econômico caracterizado por escassez de recursos humanos e materiais e marcado pela grande competitividade.

Um outro ponto que merece atenção é a avaliação dos resultados da pesquisa: o que de fato se avalia hoje é o pesquisador - sua produção científica e seus títulos.

Quanto à avaliação institucional, geralmente o que se faz é um relatório completo das atividades realizadas em cada ano, sem entrar no mérito custo/benefício.

Nesse aspecto, tal abordagem poderia ser uma contribuição ao aprimoramento dos trabalhos de pesquisa da instituição.

Espera-se que este trabalho possa se constituir num primeiro passo para o estabelecimento de prioridades em um campo específico - Economia Agrícola.

(16) Espinosa, P.; Norton, G.; Gross, D. Metodologia para determinar prioridades de investigación agropecuaria. Quito, FUNDAGRO, INIAP, 1988. (Documento Técnico, 1)